

Dificuldades da ação coletiva

Rogério L. Furquim Werneck*

A foto estampada mundo afora na primeira página dos jornais de sexta-feira passada registrava evento sem precedentes na história política norte-americana. Mostrava, no centro de uma longa mesa de reuniões na Casa Branca, o Presidente George W. Bush, ladeado pelas lideranças dos dois partidos no Congresso, tendo à sua frente o secretário do Tesouro, Henry Paulson. E, em extremos opostos da mesa, os candidatos Barrack Obama e John McCain. Alarmado com a rápida deterioração do sistema financeiro, o governo Bush decidira, afinal, deflagrar uma mobilização suprapartidária de grande fôlego, que pudesse viabilizar ação coletiva de proporções inusitadas para sustar o devastador avanço da crise de confiança. As negociações sobre os contornos do pacote de resgate proposto pelo secretário do Tesouro se estenderam pelo fim de semana. Na madrugada de domingo, foi afinal anunciado acordo em torno de um projeto de US\$ 700 bilhões, para ser aprovado a toque de caixa pelo Congresso no início da semana.

Não seria tão simples. No início da tarde da segunda-feira, o projeto foi retumbantemente derrotado na Câmara de Representantes, sob forte oposição da própria bancada republicana. O que ensejou reflexões mais cuidadosas sobre a complexidade da viabilização das ações coletivas que hoje são necessárias para conter o avanço da crise financeira mundial.

Tendo reagido com lentidão ao agravamento da crise, o governo Bush vinha apostando na possibilidade de manter a situação sob relativo controle e poder adiar a adoção de medidas mais drásticas para depois das eleições do início de novembro. Agora, arrastado pela alarmante evolução dos acontecimentos, se vê diante do desafio de convencer congressistas, que estarão com o mandato em risco dentro de cinco semanas, a aprovar, da noite para o dia, um programa de resgate altamente impopular, com custo potencialmente superior ao que até agora foi gasto na extravagante Guerra do Iraque.

A dificuldade fundamental tem sido convencer a maioria do Congresso de que o objetivo primordial do programa não é salvar Wall Street, mas impedir que a economia norte-americana enfrente crise de grandes proporções na esteira de uma débâcle do sistema financeiro. Mesmo congressistas que percebem o alcance mais amplo do programa têm razões para duvidar de sua capacidade de convencer seus eleitores, até o início de novembro, de que o programa faz sentido e, de fato, poderá beneficiá-los. E o problema é que o agravamento vertiginoso da situação vem requerendo ações imediatas, que não podem esperar amadurecimento da percepção do eleitorado acerca

da real vinculação entre a evolução da crise financeira e as perspectivas de desempenho da economia norte-americana.

Em vista da resistência da Câmara de Representantes, a mobilização suprapartidária tentou inverter o jogo. Voltou-se para o Senado, onde foi possível aprovar, na noite de quarta-feira, uma versão modificada do programa de resgate, que contou com preciosos votos favoráveis dos senadores McCain e Obama. Mas a aprovação teve de ser “adoçada” com penduricalhos de toda espécie. Como a idéia do pacote a ser aprovado em caráter de urgência era empurrar parte substancial da conta da crise para os contribuintes, vários senadores aproveitaram para pendurar no pacote outras contas que, já há muito tempo, vinham tentando repassar aos contribuintes. Com pedágio e tudo, o custo do pacote foi elevado para US\$ 850 bilhões. Seja como for, a expectativa é que o compromisso do Senado com o programa abra caminho para a confirmação da aprovação do projeto na Câmara de Representantes ainda hoje.

É bem possível que, se afinal aprovado, o controvertido pacote acabe tendo efeitos bem mais limitados do que imaginam os mais otimistas. Sua aprovação não sinaliza o fim da crise e nem mesmo o início do fim. Mas, ainda assim, estabelece um divisor de águas. Marca o abandono da idéia de que a crise pode continuar a ser enfrentada de incêndio em incêndio, com ações *ad hoc*. Já não há mais dúvida de que as proporções do desastre requerem uma ação coletiva de larga escala, para conter danos e impedir que o devastador processo de perda de confiança e destruição de riqueza que se instalou nos mercados financeiros internacionais se desdobre em uma crise econômica mundial de grandes proporções.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.